



Desmatamento na Floresta Amazônica poderá ser punido com penas mais duras

PROPOSTA DE MAIOR RIGOR CONTRA CRIME AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Projeto de Arthur Virgílio torna imprescritíveis e inafiançáveis vários crimes contra o meio ambiente na Amazônia. Dentre os crimes tipificados está o de cortar, sem autorização legal, árvores em floresta de preservação permanente, que seria punido com pena de detenção de até três anos. **3**

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

EDIÇÃO ESPECIAL ELETRÔNICA - Nº 10

Brasília, terça-feira, 13 de janeiro de 2009

Garibaldi defende retomada do processo de paz na Faixa de Gaza

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, expressou consternação a respeito da escalada de violência que se seguiu ao fim do cessar-fogo entre Israel e o grupo Hamas, que governa a Faixa de Gaza. Garibaldi considerou inadmissível o lançamento de mísseis pelo Hamas contra território israelense, mas qualificou de desproporcional e inaceitável a reação militar de Israel. O senador Inácio Arruda também lamentou a violência. **2**



Senador diz que só desiste da reeleição se perder apoio do PMDB

Garibaldi Alves disse ontem que a única hipótese para desistir de sua candidatura à reeleição para a Presidência do Senado seria a perda do apoio de seu partido, o PMDB. Garibaldi também advertiu

os jornalistas sobre "interlocutores do governo" ou "gente da oposição" que, sem se identificar, lançam candidatura e rumores relacionados a um terceiro mandato para o presidente Lula. **2**

Em entrevista coletiva, Garibaldi afirma que não teme uma possível impugnação de sua candidatura, pois afastou todas as dúvidas jurídicas recorrendo a pareceres

Presidente do Senado classifica como "inadmissível" o lançamento de mísseis pelo Hamas, mas chama de "desproporcional" a reação militar de Israel



Garibaldi (D, ao lado de Inácio Arruda) diz que não abrirá mão da sua candidatura à Presidência da Casa e que não teme possível impugnação

Senador diz que só desiste se perder o apoio do PMDB

Garibaldi Alves declarou ontem que a única hipótese de desistência da sua candidatura à Presidência da Casa, no próximo período, seria a perda do apoio do seu partido, o PMDB. Ele observou que não existe um candidato que o "bote para correr", pois conta com 19 votos no partido, e que não desistiria em favor de Tião Viana (PT-AC).

– Diga ao senador Tião Viana que se ele quiser desistir, que desista. Mas eu desistir em favor dele, não. Por quê? Dezesete senadores me apoiaram e outros dois trouxeram o apoio depois. Até agora, nenhum dos 19 veio me dizer que eu não contaria com o voto de um deles. Então eu não tenho motivo nenhum para desistir. Só desisto se o PMDB, aqueles senadores se reunirem e disserem: Não, você não é mais candidato. Sem o apoio do partido, fica difícil. A não ser que eu encontrasse outro partido, mas isso não é fácil. Eu não sou candidato de mim mesmo. Sou candidato da bancada – assegurou.

Garibaldi afirmou que, até onde sabe, José Sarney (PMDB-AP) não é candidato e nem lhe pediu para desistir. Mas, dependendo das circunstâncias, ele admitiu que poderia conversar sobre a possibilidade. O senador lembrou que já foi candidato 11 vezes, entre eleições diretas a cargos diversos e à Presidência do Senado. Ganhou dez delas, perdeu uma e não desistiu de nenhuma.

O presidente do Senado ainda salientou que não teme uma possível impugnação da sua candidatura, pois afastou todas as dúvidas jurídicas recorrendo a pareceres elaborados por juristas como Francisco Rezek, Maurício Correia, ex-ministros do Supremo Tribunal Federal; Manoel Gonçalves Ferreira Filho; Luiz Barroso; e outros. Esses pareceres lhe deram a segurança de que qualquer tentativa de impugnação não obterá sucesso.

Terceiro mandato

Garibaldi também advertiu os jornalistas sobre "interlocutores do governo" ou "gente da oposição" que, sem se identificar, lançam candidaturas e rumores sobre um terceiro mandato para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– Essa gente tem que botar a cara e dizer quem é. Gente eu sei que é, mas pode ser que não seja uma pessoa que mereça tanta fé. Na verdade, eu não vejo ninguém da oposição defendendo essa tese [do terceiro mandato para Lula], porque é absolutamente esdrúxula. As pessoas precisam assumir: Olha, eu estou dizendo que é isso. Quem sou eu? Fulano de tal – destacou.

Garibaldi escreverá ao Parlamento de Israel pedindo cessar-fogo

O PRESIDENTE DO Senado, Garibaldi Alves Filho, divulgou nota em que expressa "consternação contra a escalada de violência que se seguiu ao fim do cessar-fogo entre Israel e o Hamas", grupo radical islâmico que governa a Faixa de Gaza, anteriormente ocupada pelos israelenses.

Garibaldi pretende enviar correspondência com um apelo à presidente do Parlamento israelense, Dalia Itzik, para que busque "sensibilizar as autoridades de seu país quanto à necessidade da aceitação de um imediato cessar-fogo, para possibilitar a retomada do processo de paz". Na nota, o senador considera "inadmissível" o lançamento de mísseis feito pelo Hamas ao território de Israel, mas afirma ser "desproporcional e igualmente inadmissível" a reação militar israelense, já que não está havendo distinção entre objetivos civis e militares, o que resultou na morte violenta de centenas de civis, incluindo crianças, mulheres e idosos.

O presidente do Senado também endossa a proposta de se convocar uma conferência internacional sobre a questão, iniciativa que, a seu ver, será um passo relevante para o restabeleci-

mento da paz na região, tendo como pressuposto o direito de constituição do Estado palestino e a existência de Israel em condições de segurança. O grupo palestino Hamas não aceita a criação do Estado israelense, ocorrida no final da década de 1940, com o apoio dos Estados Unidos. Na nota, Garibaldi faz um endosso à atuação do Itamaraty, inclusive no que se refere à proteção oferecida à comunidade brasileira residente nas áreas de conflito.

Presidente do Senado lamentou, em nota, a escalada da violência entre os israelenses e o Hamas em Gaza

Inácio Arruda

A divulgação da nota foi estimulada pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), que considerou a iniciativa muito importante e apropriada às circunstâncias. Membro do Parlamento do Mercosul, Inácio Arruda lamentou a violência e lembrou que até os Estados Unidos, aliados dos israelenses, se abstiveram na votação da resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) que pede o fim do conflito.

– Às vezes, as pessoas se perguntam o que nós temos a ver com isso, com tantas dificuldades que o povo atravessa no país. Se não tivermos a capacidade de compreender que estamos inter-

ligados neste mundo, que este é um mundo só e somos também fruto desse povo, no Brasil temos as comunidades judaica, palestina, árabe. É mais do que alvissareiro o posicionamento. Cada um pode dar uma opinião individual, mas é muito diferente a opinião do presidente do Senado e do Congresso Nacional – afirmou Arruda.

Israel proíbe que partidos árabes concorram nas próximas eleições

Agências de notícias internacionais informaram ontem que a Comissão Eleitoral Central, vinculada ao Knesset, o parlamento israelense, proibiu a participação de partidos árabes nas eleições parlamentares gerais convocadas para fevereiro. Por vários anos, os partidos árabes tiveram presença ativa na política israelense, independentemente dos conflitos relacionados à causa palestina.

Estima-se que dos 7 milhões de israelenses, pelo menos 1,4 milhão são árabes com direitos plenos de cidadania. Dos atuais 120 membros do Parlamento, sete foram eleitos por partidos árabes.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Morais
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Em defesa de sua proposição, senador argumenta que, a cada tonenada do material reprocessado, poupam-se entre 15 e 20 árvores

Virgílio quer tornar imprescritíveis crimes ambientais na Amazônia

A proposta de tornar imprescritíveis e inafiançáveis crimes cometidos contra o meio ambiente na Amazônia tramita na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O projeto (PLS 460/08) do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) acrescenta artigo à Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98).

Entre os crimes tipificados, destacam-se “cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente”, com pena de detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas; “impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação”, com pena de detenção de seis meses a um ano, além de multa; “destruir ou danificar florestas nativas ou plantadas ou vegetação fixadora de dunas, protetora de mangues, objeto de especial preservação”, com pena de detenção de três meses a um ano, mais multa; e “desmatar, explorar economicamente ou degradar floresta, plantada ou nativa, em terras de domínio público ou devolutas, sem autorização do órgão competente”, desde que a conduta não seja necessária à subsistência imediata pessoal do agente ou de sua família. O projeto especifica ainda que aos crimes referidos não devem ser aplicadas disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal que permitem a suspensão da pena, ou que penas restritivas de direito substituam as penas restritivas de liberdade; e do artigo 89 da Lei 9.099/95, que permite ao Ministério Público propor a suspensão do processo em crimes de pena mínima igual ou inferior a um ano.

Impunidade

Em sua justificativa, Virgílio argumenta que os criminosos ambientais, “além da sensação de impunidade derivada da virtual ausência do Estado na região, não temem a aplicação da lei, tendo em vista as reduzidas penas a que estariam sujeitos”. Ele lembra que, à exceção do artigo 40 da Lei de Crimes Ambientais, todos os crimes contra a flora têm penas não superiores a quatro anos.

“Isso se reflete nos prazos prescricionais reduzidos e na possibilidade de suspensão condicional da pena e de substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, como, por exemplo, prestação pecuniária. Oferecemos esta proposição legislativa no intuito de aumentar o rigor da repressão penal das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente”, afirma.

Serviço público deve priorizar a aquisição de papel reciclado

FAZER COM QUE o governo priorize o papel reciclado nas compras de materiais de expediente é o objetivo do projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS) que deverá ser votado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em fevereiro.

Ao defender a proposta (PLS 112/08), o senador alega que são necessárias normas para incentivar o poder público a promover o desenvolvimento sustentável e diminuir o uso dos recursos naturais. Ele afirma que, a cada tonelada de papel reciclado, poupam-se entre 15 e 20 árvores. A medida, portanto, faria com que os órgãos governamentais brasileiros contribuíssem para a preservação das florestas, enfatiza o parlamentar.

De acordo com Paim, as compras do governo deveriam estimular a ampliação de um mercado de produtos sustentáveis (ou seja, com menor impacto ambiental). Ao destacar a capacidade de influência das licitações, ele cita uma estimativa



Iniciativa de Paulo Paim aguarda decisão da CCJ

segundo a qual as aquisições governamentais movimentam cerca de 10% do produto interno bruto (PIB) e argumenta que essas atividades mobilizam setores importantes da economia, que se ajustam às demandas previstas nos editais.

O senador observa, no entanto, que o modelo vigente, que ainda

inspira a maioria dos editais de licitação do país, é absolutamente omissivo em relação a uma premissa fundamental: ser sustentável ambientalmente.

Lei das Licitações

Para determinar que a administração pública priorize o papel reciclado nas compras de materiais de expediente, a proposição altera o artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 (também conhecida como Lei das Licitações). O projeto, no entanto, exclui dessa orientação livros, periódicos e similares adquiridos ou produzidos pela administração pública. Também estabelece que, sempre que faltar papel reciclado, o respectivo órgão governamental deverá comprar papel comum.

Apresentada por Paulo Paim em abril do ano passado, a proposição recebeu, em agosto, parecer favorável na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Na CCJ, a matéria já conta com parecer favorável do relator, senador César Borges (PR-BA).

Dornelles defende incentivo à pesquisa em escolas privadas

Projeto que concede isenção da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) às instituições de ensino e pesquisa privadas que não tenham finalidade lucrativa, apliquem seus recursos integralmente no Brasil e mantenham escrituração de suas despesas e receitas em livros que possam ser auditados com facilidade aguarda votação na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Pelo projeto (PLS 8/07), do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), as entidades que se beneficiarem de isenção

da Cofins precisam destinar seu patrimônio a outra entidade comunitária, filantrópica ou confessional no caso de encerramento de suas atividades, ou seus bens serão absorvidos pelo poder público. A proposição especifica que a isenção da Cofins se aplica somente às receitas relacionadas com as finalidades específicas das entidades mencionadas.

Dornelles argumenta que a isenção fiscal deverá estimular as entidades de ensino sem fins lucrativos a expandirem suas atividades, realizando mais pesquisa educacional.



Projeto de Dornelles isenta da Cofins instituições de ensino sem fins lucrativos

A proposta tem Marco Maciel (DEM-PE) como relator na CE. Se aprovada, seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa.



Desmatar, destruir ou danificar a floresta ou explorá-la economicamente sem autorização e impedir ou dificultar a regeneração natural da vegetação são crimes que podem se tornar inafiançáveis